

Pelo fim da violência contra as mulheres: defesa de nossas vidas, sexualidades e autonomias

Esta é a tradução do documento de insumo enviado pelo Secretariado Internacional para 6ª Ação Internacional da MMM com o lema “Marchamos contra as guerras e o capital, defendemos a soberania dos povos e o bem viver!”

A autonomia sobre nossas vidas, nossos corpos e nossas sexualidades só se tornará realidade para todas nós com o fim da violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres é estrutural – ou seja, é característica inerente do capitalismo patriarcal e racista – e é utilizada como ferramenta de controle das vidas, dos corpos e da sexualidade das mulheres por homens, individualmente e em grupo, por instituições patriarcais e Estados.

Trata-se de uma ferramenta de disciplinamento social que permite a expropriação capitalista dos corpos e do tempo das mulheres, de seu trabalho e capacidades reprodutivas. A violência contra as mulheres é uma subjugação, um condicionamento que atravessa todas as estruturas sociais. As mulheres de diversas classes, raças, identidades étnicas ou castas, do Norte ou do Sul global sofrem com violência porque são mulheres.

Todas as mulheres estão vulneráveis à violência patriarcal, mas são as mulheres empobrecidas pelo sistema, as mulheres racializadas, as mulheres de territórios colonizados, aquelas devastadas pela guerra ou pelos desastres climáticos que, como coletivo, sofrem mais intensamente com o tráfico, a prostituição, a pornografia, o assédio sexual e outras formas de violência que mercantilizam e objetificam suas vidas e seus corpos.

A violência contra mulheres e meninas ocorre tanto na esfera privada quanto na pública. Seja na esfera privada ou familiar ou na esfera pública, composta por nossas comunidades, locais de trabalho, escolas e outros espaços, somam-se às expressões da violência sexual, física e psicológica – o feminicídio, a mercantilização dos corpos das mulheres, o tráfico, a prostituição, a pornografia, a escravização, a esterilização forçada, a lesbofobia, a negação do direito ao aborto seguro e a opções e à autodeterminação reprodutiva, etc. – a cultura do silêncio, a culpabilização das vítimas, a cultura do estupro e da cafetinagem, a discriminação, a impunidade, a dependência econômica e a internalização da opressão para naturalizar, legitimar e intensificar a violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres é utilizada como forma de excluir as mulheres da esfera pública, limitando o livre exercício de seus direitos econômicos e políticos. As mulheres pagam com suas vidas e sua saúde física e mental por trabalharem fora de casa em vez de se restringirem à esfera privada, como é ditado pela cultura patriarcal, por frequentarem a escola e a universidade, por “ousarem” viver abertamente sua sexualidade. No contexto da criminalização dos movimentos populares e do protesto, a repressão contra as mulheres militantes engajadas na luta muitas vezes acontece em forma de violência sexual. Isso se

repete sistematicamente em todos os lugares em que as mulheres colocam seus corpos em risco para impedir o avanço de empresas transnacionais contra a natureza, territórios e modos de vida. Além disso, a discriminação contra as mulheres é composta pela interseção de diferentes estruturas de opressão: somos discriminadas porque somos mulheres, mas também por causa da cor de sua pele, raça, etnia, classe (e situação financeira), religião, sexualidade, língua, etc.

A violência contra as mulheres encontra raízes no sistema capitalista patriarcal e racista, que impõe a necessidade de controlar, possuir e explorar os corpos, as vidas e a sexualidade das mulheres. O patriarcado se baseia em dois princípios: o de que as mulheres pertencem aos homens (e, por isso, estão a serviço deles e nunca podem dizer “não” a eles) e que há uma divisão das mulheres em duas categorias – “santas” e “pecadoras”. Como parte do sistema, a violência é o castigo para as mulheres que não se encaixam no papel de “santas”, de boas mães e esposas. Por exemplo, é comum que os homens justifiquem os ataques verbais ou físicos contra suas esposas afirmando que a comida não estava pronta ou as roupas que eles queriam usar não estavam limpas. Também é um castigo para aquelas consideradas “pecadoras”, pois tanto agressores quanto sociedades justificam a violência sexual contra as mulheres pelo fato de “elas estarem andando sozinhas à noite” ou dizem que “são lésbicas e precisam aprender a ser heterossexuais” ou que “a roupa que estavam usando era indecente”. Ou seja, no patriarcado, as mulheres são consideradas propriedade dos homens que devem agir de acordo com o privilégio masculino. Representam objetos sexuais ou mercadorias a serem usadas para a satisfação dos homens a qualquer momento, da forma que eles exigirem, conforme construído pelas ideias e práticas patriarcais de sexualidade.

Como parte da cultura patriarcal, a masculinidade é associada à agressividade e os homens jovens são ensinados que ser violento (e não demonstrar emoções) significa ser “homem de verdade”. Isso é parte do que leva, em alguns casos, à adesão a gangues racistas e sexistas. Novas formas de violência contra mulheres jovens, como o assédio sexual contra estudantes e violência coletiva nas escolas, estão se tornando cada vez mais comuns e evidentes, dentro e fora da internet. Essas formas de violência constituem a base das relações sociais e das práticas sexistas entre mulheres e homens jovens, sem que haja algum debate público sobre esses estereótipos destrutivos. A pornografia se infiltrou na literatura e contaminou a moda ao sexualizar meninas desde muito novas.

A ideia imposta pelo patriarcado de que as mulheres são propriedade dos homens inclui um aspecto econômico que é expressado na união do patriarcado com o capitalismo, impondo uma divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza o trabalho realizado por mulheres e homens, com papéis “naturais” para as mulheres. Assim, as mulheres são tratadas como mão de obra gratuita na esfera reprodutiva, sempre disponíveis para o cuidado de outras pessoas e para todo o trabalho que isso exige. Existem, portanto, dois níveis de dominação das mulheres que formam o núcleo indissociável do entrelaçamento entre o sistema capitalista e o patriarcal: por um lado, o trabalho das mulheres é explorado e, por outro, a violência é utilizada para manter a dominação delas pelos homens. E por

isso não é possível falar sobre a erradicação da violência contra as mulheres sem exigir a erradicação do sistema capitalista patriarcal, racista e colonial.

O fundamentalismo religioso vem servindo ao patriarcado, intensificando a guerra contra as mulheres ao longo da história. Crenças diversas são utilizadas para justificar os estereótipos patriarcais e culpar as mulheres por todas as formas de violência sexual, como o estupro e a prostituição. Com a assinatura pelo presidente da Indonésia no dia 2 de janeiro de 2023 de um novo código penal, as mulheres podem ser presas por praticar “sexo” fora do casamento, o que pode incluir a exploração sexual. No Afeganistão e em outros países, as mulheres continuam sendo apedrejadas e mortas por praticarem sexo fora do casamento e por serem vítimas de violência sexual, pois o fundamentalismo religioso reforça a culpabilização das mulheres pela violência praticada pelos homens e também os estereótipos racistas e patriarcais. Da mesma forma, homens das forças de segurança budistas de Mianmar cometeram estupro contra mulheres ruaingas, para ficar em apenas alguns exemplos das atrocidades cometidas por fundamentalistas.

A violência contra as mulheres e a misoginia se intensificam conforme as políticas e os atores da globalização neoliberal consolidam seu domínio sobre a economia. O feminicídio¹ cresce conforme são promovidos e estabelecidos acordos de livre comércio nas Américas (como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, que estabeleceu o afrouxamento de regulações ambientais e trabalhistas em ambientes de trabalho como fábricas): há um número imenso de mortes de mulheres mexicanas, por exemplo, que tentam atravessar a fronteira com os Estados Unidos e dentro das próprias fronteiras de Ciudad Juarez. As mulheres também são utilizadas como mulas do tráfico e consideradas forma de garantia por quem lucra com o comércio ilegal de drogas. O ataque aos direitos reprodutivos e aos serviços de saúde aumenta com a privatização e o corte orçamentário de serviços sociais. Meninas cada vez mais novas são traficadas conforme a indústria do sexo se globaliza. Durante a pandemia, o abuso sexual cresceu na internet, com a maximização dos lucros de exploradores do tráfico sexual e a continuidade da prática de homens que pagam para abusar de mulheres. As mulheres são estupradas em guerras travadas em nome da “disseminação da liberdade” e os poderes colonizadores aumentaram o uso da violência, como no caso da invasão de Kanaky pelo exército francês, da Palestina por Israel e potências aliadas e muitos outros.

Os atores neoliberais, incluindo a indústria farmacêutica, lucram com a violência contra as mulheres ao normalizar a prostituição e a pornografia, insistindo que isso é o que as mulheres desejam. Há uma profusão de provas sobre como a medicalização da violência contra as mulheres apenas buscou tratar de sintomas, como no caso do HIV-Aids, sem uma busca pela eliminação da prostituição, da pornografia e da discriminação contra pessoas LGBTQ+.

Estamos hoje falando sobre uma crise no sistema capitalista, pois o modelo de crescimento e acumulação ilimitada mostra os seus limites. Caracterizamos as crises do

¹ Assassinato misógino e excepcionalmente brutal das mulheres, muitas vezes acompanhado de violência sexual extrema e impunidade para quem comete esses crimes.

capitalismo como cíclicas e entendemos que a forma do sistema resolver suas crises é justamente aumentando a pressão sobre os territórios e corpos das mulheres. Essas pressões se manifestam por meio de guerras que são muito lucrativas para as empresas transnacionais; da demonização e reação contra as conquistas de direitos das mulheres; do aumento da violência contra as mulheres; da tentativa de apropriação dos bens comuns e da conversão desses bens em mercadorias que só estão disponíveis a quem pode pagar por eles; e da despossessão dos territórios por meio da militarização e da corrupção dos governos que cedem esses territórios a empresas transnacionais não apenas como fontes de “recursos naturais” necessários para o “progresso”, mas também como fonte de trabalhadores e trabalhadoras precarizados e sem direitos, tanto em seus próprios territórios quanto como migrantes. Nesse contexto de crise capitalista, vemos como aumenta a violência contra as mulheres, incluindo o tráfico, sobretudo de mulheres, adolescentes e meninas.

Como combater a violência contra as mulheres?

Nos últimos anos, em várias partes do mundo, as mulheres foram capazes de expor a magnitude do problema da violência, da tolerância social aos feminicídios e do tráfico de mulheres e meninas para alimentar as redes de prostituição e abuso infantil. Isso aconteceu por meio do uso sincronizado de redes sociais para denunciar a violência sofrida e também por meio de mobilizações de massa nas ruas. Incluiu o movimento internacional #MeToo, o #BabaeAko (#EuSouMulher) nas Filipinas e muitas expressões no nível dos países. No entanto, temos o desafio de fazer crescer essa capacidade de denunciar e mobilizar para uma auto-organização feminista como um movimento forte e permanente.

Em muitos países, existem leis sobre a violência contra as mulheres, e convenções internacionais como a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres* (CEDAW, na sigla em inglês) que “protegem” as mulheres. Mas esse tipo de legislações e convenções não são suficientes, porque muitas vezes não são aplicadas ou colocadas em prática, além de não incidir nas causas da violência. Precisamos visibilizar mais o papel dos homens na violência e denunciar o fato de que a violência é estrutural.

Nos países onde existem essas leis, elas raramente alcançam as mulheres que não são da elite ou da classe média, urbanas e brancas. Precisamos responsabilizar nossos Estados, exigir políticas públicas que ofereçam serviços amplos centrados no atendimento a sobreviventes de violência, que atendam mulheres e crianças traficadas, mulheres racializadas e de determinadas religiões, mulheres rurais, migrantes e indígenas. Reconhecemos que são necessárias medidas punitivas contra quem comete esses crimes, mas que isso não é o suficiente para a erradicação da violência. Reduzir a luta contra a violência a medidas punitivas reforça a dinâmica racista dos sistemas de justiça. São necessárias ações para prevenir e inibir atos de violência antes que eles ocorram.

Também precisamos discutir o papel dos governos e Estados. Atualmente, o Estado é simultaneamente protetor e opressor, a um só tempo portador dos interesses gerais e defensor dos privilégios, mas é também patriarcal, racista e violento (contra as mulheres, sobretudo de povos indígenas, imigrantes e populações negras, latinas e árabes, entre outras). Além disso, a mesma polícia que aplica muitas das políticas que exigimos é também a polícia que comete a violência contra as mulheres, a repressão aos movimentos populares e a discriminação social e racial. Reconhecemos a contradição inerente a essa situação, porque o fato é que, para muitas mulheres, a única forma de se defender da violência em suas comunidades e famílias é recorrer ao Estado, que representa um poder externo e superior. No entanto, exigimos um Estado que promova as liberdades e direitos de *todas as pessoas*, intervenha na economia e que esteja estruturado sobre formas diversificadas de democracia participativa e sob controle de suas cidadãs e cidadãos.

As mulheres sempre resistiram e continuam a resistir, tanto individual quanto coletivamente. Sempre que uma mulher age de forma a desafiar ou denunciar a violência contra ela própria ou contra as mulheres de sua comunidade, ela rompe com o paradigma dominante. Precisamos apoiar sua resistência, condenar e apontar os nomes dos homens que cometem a violência contra as mulheres e confrontar publicamente os homens e a sociedade sobre a questão. Também precisamos denunciar a cumplicidade dos homens, do Estado e de instituições como o exército e as instituições religiosas. Precisamos mobilizar a sociedade civil, desenvolver estratégias e promover ações radicais para a prevenção e denúncia da violência masculina contra as mulheres. Nesse processo, desempenham um papel decisivo as organizações que atendem mulheres e oferecem serviços essenciais para seu processo de cura e fortalecimento, assim como movimentos locais fortes, protagonizados pelas mulheres da comunidade.

Nós, da Marcha Mundial das Mulheres, queremos fazer debates e ações políticas amplas que promovam transformações nas nossas culturas patriarcais e previnam a ocorrência da violência. A dimensão e intensidade da violência masculina contra as mulheres já está muito bem documentada, portanto não é necessário esperar mais uma denúncia. O mais vital é colocar essa questão na pauta dos grupos de mulheres, nas organizações mistas, nos programas de rádios comunitárias, nos jornais e em outros meios de comunicação utilizados pelos movimentos. Para isso, acreditamos que o movimento feminista deve trabalhar para promover a auto-organização forte e abrangente de mulheres que lutam por autonomia (econômica, sexual, reprodutiva, pessoal, etc.) e autodeterminação.

Os grupos de mulheres se fortalecem por meio de conversas em grupo, discussões, manifestações e aulas de defesa pessoal.

Valorizamos, como um passo importante nessa luta, o fato de que movimentos sociais mistos – sejam urbanos ou rurais – estejam comprometidos com o enfrentamento da violência masculina contra as mulheres. Reconhecemos a importância de responsabilizar tanto mulheres *quanto* homens pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. É um triunfo para nós, resultado de nosso trabalho como movimento feminista, ter levado essas reflexões para movimentos populares mistos do campo e da cidade. Nós os reconhecemos por terem levantado a nossa bandeira de luta, compreendendo que não é possível avançar

contra o capitalismo, o racismo, o colonialismo, a mercantilização da natureza e dos comuns, e avançar na luta de classes se não avançarmos na libertação e emancipação das mulheres. Nos últimos anos, compreendemos que o patriarcado faz parte de um sistema de múltiplas opressões que se entrelaçam e reproduzem a partir de todos os seus componentes. Mas nós continuamos a construir consciência antipatriarcal com os movimentos mistos.

Desenvolvemos programas e estratégias para auxiliar mulheres sobreviventes da violência patriarcal, assim como para atenuar a dependência econômica, a exclusão dos sistemas de cuidado e outros pilares que sustentam a violência contra as mulheres.

No combate à violência contra as mulheres, exigimos:

- A adoção de medidas que demonstrem o compromisso total de diferentes atores com o reconhecimento das mulheres como indivíduos e cidadãs detentoras de plenos direitos e plenas capacidades, desde a infância até a velhice. Por exemplo: uso de linguagem inclusiva em materiais didáticos; promoção de educação não sexista que suprima divisões de papéis hierárquicos e sexuais tradicionais entre meninas e meninos; campanhas de educação popular e a garantia de espaços para a participação política e feminista;
- Apoio financeiro aos movimentos de mulheres e às organizações de mulheres que estão na vanguarda do apoio a sobreviventes de discriminação, abuso e violência;
- Corresponsabilidade da sociedade como um todo para a erradicação da violência patriarcal. Isso implica o compromisso da mídia, dos sistemas educacionais e de quem reproduz a cultura na revisão e nas transformações necessárias para que não se perpetue a reprodução e legitimação da violência contra as mulheres;
- Prevenção da violência contra mulheres e meninas por meio de atividades de sensibilização, evidenciando como ela ocorre, suas causas e expressões, assim como por meio do apoio e estímulo à auto-organização das mulheres;
- Condenação do uso sistemático dos corpos das mulheres como armas de guerra em conflitos armados, assim como da rejeição que elas (e seus filhos nascidos do estupro) enfrentam de familiares e comunidades, sendo culpabilizadas pela violência extrema que sofrem;
- Rejeição ao uso do corpo das mulheres como objetos que os homens podem comprar. O corpo das mulheres não é mercadoria!
- Fim da cultura do estupro e da objetificação dos corpos das mulheres, que legitima e estimula a violência contra as mulheres.
- Punição àqueles que cometem a violência – seja na esfera privada ou pública, incluindo Estados e grandes agrupamentos – contra as mulheres.

- E também o fim da cultura do silêncio e da impunidade que invisibiliza e minimiza crimes e culpa as vítimas pela violência que elas sofrem por serem mulheres.

E nos comprometemos a:

- Denunciar as diversas expressões de violência contra as mulheres em diferentes países, incluindo (entre outras): feminicídio, mutilação genital, levirato e sororato², “assassinatos por honra”, prostituição, pornografia, tráfico de mulheres e crianças, esterilização forçada, casamento forçado e violência cometida contra mulheres ativistas, mulheres encarceradas, mulheres lésbicas e mulheres com deficiências;
- Trabalhar para mudar o estigma das mulheres sobreviventes e passá-lo para os homens que cometem a violência;
- Denunciar a mercantilização dos corpos das mulheres;
- Visibilizar todas as formas de resistência das mulheres – sobretudo coletivas – à violência masculina contra as mulheres, rompendo desta forma com a cultura do silêncio que cerca essa violência nas nossas comunidades;
- Combater a violência por meio de ações de sensibilização ao lado de movimentos sociais aliados e campanhas de educação popular que promovam a conscientização feminista;
- Visibilizar as conexões entre as políticas patriarcais que perpetuam a violência contra as mulheres (como a impunidade de agressores, a negação da autodeterminação reprodutiva, a criminalização de mulheres militantes, a proibição do aborto, etc.) e os atores e políticas neoliberais. Denunciar o feminicídio, por exemplo, e suas conexões com os acordos de livre comércio;
- Trabalhar em aliança com movimentos sociais mistos para garantir a construção de um ambiente em que a violência contra as mulheres não seja aceitável (e espaços físicos livres de violência) como princípio guia desses movimentos.

Queremos transformar as vidas das mulheres e o mundo em um só movimento!

² Casamento forçado de uma viúva com o cunhado ou de um viúvo com a cunhada.